

Handwritten marks in the top right corner, including a circled 'S' and other scribbles.



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

**Relatório e Contas**

**Ano 2021**



*[Handwritten signatures and initials]*

## ÍNDICE

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Relatório de Atividades e de Gestão.....	4
3. Balanço.....	14
4. Demonstração de Resultados.....	15
5. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	16
6. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	17



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

*[Handwritten signatures and initials]*

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

### **Corpos Gerentes**

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Vogal – Luis Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

### 1. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas., o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2021.

### 2. Mensagem da Direção

Este Relatório de Atividades reporta-se ao segundo ano do mandato dos órgãos sociais eleitos em 17 de fevereiro de 2020.

Após um primeiro mandato dedicado intensamente ao conhecimento da instituição, sua reorganização administrativa e contratual e, sobretudo, ao estabelecimento de uma relação saudável e de amplo cumprimento para com a Segurança Social, reportando-se este relatório ao segundo exercício do segundo mandato destes órgãos sociais, deveria o mesmo servir para demonstração do desenvolvimento das atividades a que se propuseram estes órgãos sociais para o mandato que terminará em 2023.

No entanto, se havíamos colocado no Relatório de Atividade do ano anterior que *“o ano 2020 ficará para sempre conhecido como o ano da Covid-19”*, esta apreciação não pode deixar de ser estendida, igualmente, ao ano de 2021. Que é a sequência da crise pandémica que afetou o Mundo, com particular incidência nas estruturas residenciais de idosos, como adiante se verá.

Com origem na China em finais 2019, verificou-se a propagação pelo Mundo de um coronavírus designado de Sars-Cov-2 que deu origem à doença que ficou para a História como COVID-19. A doença entrou em Portugal em fevereiro de 2020 e a partir de 13 de março de 2020 foi decretado em Portugal o recolhimento obrigatório tendo sido encerrados escolas, comércio, restaurantes, quase todas as atividades com exceção para as de natureza industrial foram encerradas no nosso país, depois da declaração de Estado de Emergência, deliberada pela Assembleia da República após solicitação do Presidente da República.

As implicações do Estado de Emergência, com aplicação de fortíssimas restrições à mobilidade,



SJR. Ate

F.

teve particular impacto nos Estabelecimentos Residenciais de Pessoas Idosas (ERPI) que foram literalmente fechados à comunidade por forma a proteger os seus utentes, considerados a população de maior risco no âmbito do coronavírus COVID-19. Situação que se manteve durante todo o Inverno e Primavera do ano 2021.

Por essa razão as reuniões de Direção cessaram desde fevereiro de 2020 (a última reunião havia sido em 17.02.2020), tendo-se realizado apenas em setembro de 2020, para aprovação do Relatório e Contas, voltando a não se realizar reuniões, motivadas pela pandemia, até maio de 2021, período após o qual se regressou, ainda que lentamente, a relativa normalidade. Refira-se, contudo, que o Outono/Inverno 2021-2022 teve igualmente, devido à pandemia e à perigosidade das infeções respiratórias no período de frio, limitação na realização de reuniões, razão por que a última reunião de 2021 se realizou em 08.11.2021, regressando as reuniões apenas no final de fevereiro de 2022.

Na Síntese de Atividades que em seguida se desenvolverá serão melhor explicadas estas como outras matérias que representaram a atividade da Direção do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS, durante o ano civil de 2021.

Importa referir ainda, pela importância, que:

- a) Todos os membros da Direção exercem as suas funções dirigentes de forma graciosa
- b) Não existe nenhum trabalhador da instituição que seja simultaneamente dirigente
- c) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal
- d) Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social

Para terminar,

Expressar os habituais agradecimentos a todos os que ao longo deste ano e precedentes manifestaram a sua confiança e preferência nesta instituição, em particular aos utentes e suas famílias pois a eles se deve o crescimento e desenvolvimento do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS.

Deixar aos nossos colaboradores uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenhamento e, muito mais do que isso, pela sua dedicação e a forma como transformam esta instituição na casa de cada um dos nossos utentes, sendo essa a marca distintiva que o Lar Beneficente de São Jorge, IPSS tem que continuar a deixar junto da comunidade e daqueles que



servimos.

Mas, nestes anos de pandemia em particular, deixar uma palavra de fortíssimo apreço às nossas colaboradoras que aguentaram estoicamente as exigências e esforços adicionais que a instituição e as circunstâncias delas tiveram que exigir. Não teria sido possível passar por um ano tão difícil de modo tão exemplar sem a colaboração e a dedicação das nossas colaboradoras. É, por isso, para elas a palavra mais forte de agradecimento neste Relatório.

### 3. Síntese da Atividade

Neste ponto do Relatório de Atividades far-se-á a apresentação sumária das atividades desenvolvidas durante o exercício que se vem de analisar.

#### 3.1 Covid-19

O exercício de 2021 será porventura o último que justificará um ponto autónomo relativo à pandemia da Covid-19 e seu impacto na instituição, tanto nas dinâmicas e procedimentos diários como ainda nos seus impactos financeiros. Neste exercício o seu impacto não é tao relevante quanto o foi no exercício de 2020, mas mantém ainda relevância bastante para ser identificado como um item à parte.

Dando aliás sequência ao que para 2020 se deliberou: a criação de um centro de custo específico para a Covid-19. Por forma a que seja não apenas facilmente identificável o impacto financeiro na gestão da instituição, como ainda para poder ser avaliado separadamente algo que, desejavelmente, não terá sequência no futuro.

Assim, no ano 2021 podem ainda ser referidos os seguintes investimentos na instituição advindos, direta ou indiretamente, da pandemia da Covid-19:

- ⇒ Contratação de um novo médico para a instituição, Dr. Pedro Martins, que havia prestado o auxílio clínico imprescindível e indispensável aos utentes da instituição, o que, em fase de pandemia e concretamente aquando do surto ocorrido na instituição, não havia sido assegurado pela anterior ocupante deste posto
- ⇒ Implementação do serviço de preparação da medicação por unidoses (sugestão do novo



SS. A  
P.

clínico da instituição como sendo um método mais adequado ao controle e organização da medicação para os utentes)

- ⇒ Aquisição de programa de gestão clínica dos utentes
- ⇒ Aquisição de novos fardamentos, devidamente certificados

É importante reiterar no que constava já no Relatório de Atividade do exercício precedente, de que *“a Direção desde início determinou que não lhe olhasse a gastos para que a instituição pudesse cumprir com tudo o que os nossos utentes careciam e com tudo o que as autoridades de saúde exigiam. Não apenas ao nível de materiais e investimento em imobilizado, como ainda na contratação de trabalhadores que foi necessário para conseguir manter o nível de acompanhamento que a instituição habituou os seus utentes”*.

Neste sentido, o impacto da pandemia da Covid-19 nos custos da instituição, no exercício sobre o qual teve maior incidência (2020), não se repetiu no ano de 2021:

2021	0,00€
2020	23.597,00€

No exercício de 2020, a Covid-19 tinha resultado num acréscimo de custos na instituição (face às despesas do ano precedente) da ordem dos 5%. Já no exercício de 2021 não existiu qualquer impacto, pois, pese embora o valor das despesas com a Covid-19 terem ascendido a 1.926,00€, as mesmas foram totalmente suportadas por subsídios obtidos pela Segurança Social.

### 3.2 Gestão de Pessoal

O exercício de 2020 referia-se já a ajustamentos advindos do reforço de pessoal tido que realizar por força do impacto e das exigências por força da pandemia da Covid-19. Então, não apenas a substituição da Diretora Técnica em pleno período pandémico como ainda a admissão de novas colaboradoras, aumento de 18 para 19 o número de colaboradoras da instituição.

No exercício que agora se analisa, verificou-se uma reformulação da orgânica da instituição e uma reorganização dos tempos de trabalho através da implementação do trabalho por turnos.



### **3.2.1 Reformulação Orgânica da Instituição**

Após a admissão da Dra. Sandra Ribeiro como Diretora Técnica da instituição que se sentiu necessidade de redefinir funções e hierarquias por forma a proporcionar um mais harmonioso e funcionalmente adequado funcionamento da instituição.

Deste modo, após debate e com participação das trabalhadoras, em maio-2021 foi aprovado e imediatamente implementado um **novo Organigrama do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS**. Na sequência do novo organigrama atribuiu-se à Diretora Técnica as funções orgânicas correspondentes às funções legais de Diretora Técnica, assumindo esta a gestão e coordenação integral da valência social. Na decorrência desta alteração orgânica considerou-se organicamente prescindível a função “Encarregada de Serviços Gerais” precisamente por ser funcionalmente confundível com a função de “Diretora de Serviços”, sendo desnecessária a existência de duas funções organicamente idênticas.

### **3.2.2 Reorganização dos tempos de trabalho: trabalho por turnos**

A proposta de reformulação dos tempos de trabalho foi discutida ainda no exercício de 2018 sendo suposto entrar em vigor no dia 01.01.2019. A verdade é que, devido a resistências de diversíssima ordem, sobretudo internas, esta reorganização não conseguiu ser implementada no decurso do ano de 2019 nem, naturalmente, no ano subsequente que foi o primeiro ano da pandemia da Covid-19.

Não obstante a circunstância do ano 2021 ter ainda sido, como se viu já, fortemente condicionado pela pandemia da Covid-19, a verdade é que, muito devido ao trabalho extraordinário dos diretores Eduardo Fontão, Patrícia Fernandes e Micaela Fontão, bem como da Diretora Técnica, e finais de 2021 conseguiu implementar-se efetivamente o sistema de trabalho por turnos, sistema que contribui decisivamente para uma melhoria assinalável da qualidade de vida das colaboradoras permitindo igualmente à instituição uma gestão mais eficiente das horas extraordinárias.

O sistema de organização do trabalho por turnos entrou em vigor na instituição n dia 01.11.2021, quase dois anos após o inicialmente previsto, para o que se revelou decisivo o empenhamento e empoderamento da nova Diretora Técnica encontrando-se agora, também neste particular, a instituição organizada de acordo com a filosofia destes órgãos sociais.





De referir que se trata de um sistema já devida e previamente aprovado pela Segurança Social, desde o ano 2018, tendo agora finalmente conhecido a sua efetiva implementação.

### 3.2.3 Diversos

Informações gerais a registar:

- a) Mantém-se a decisão de pagamento de um acréscimo de € 10/mês em cada vencimento correspondente ao RMMG (Rendimento Mínimo Mensal Garantido), pagando a instituição sempre um mínimo de € 10,00 acima do salário mínimo nacional;
- b) O número de trabalhadores da instituição passou de 18 em 2020 para 19 em 2021
- c) Para além das colaboradoras com contrato de trabalho, deve ser registado que a instituição disponibiliza ainda aos seus utentes o acompanhamento, mediante contratos de trabalho a tempo parcial ou prestações de serviço, dos seguintes profissionais:
  - a. Médico
  - b. Psicóloga
  - c. Fisioterapeuta

## 3.3 Gestão Financeira

### 3.3.1 Participação dos utentes

Tendo havido em 2020 um impedimento de admissão de utentes, a participação dos utentes conheceu naturalmente um acréscimo no ano 2021, uma vez que tal impedimento deixou de se verificar.

Assim, verificou-se em 2021 uma participação dos utentes da ordem dos 252.618,40€, o que representa um crescimento de 3,3% face ao ano anterior.

### 3.3.2 Participação Familiar

No final do exercício que agora se vem de analisar foi apresentado pela Diretora Técnica um relatório relativo à participação familiar na instituição. Desse relatório resulta que:



- 18 utentes dispõem do novo contrato de alojamento (com garantias em caso de incumprimento por parte das famílias)
- 16 utentes ainda se encontram ao abrigo dos antigos contratos de alojamento

De entre os 18 utentes com novos contratos de alojamento não existem quaisquer situações de incumprimento da comparticipação familiar, quando a ela haja lugar.

De entre os 16 utentes ao abrigo dos antigos contratos de alojamento, apenas um – Maria da Glória de Amaral Moura (319,00€) – estava dispensado do pagamento de comparticipação familiar, de acordo com deliberação da Direção de 13.11.2018, sendo que, nessa mesma reunião a Diretora Técnica apresentou uma proposta de dispensa de pagamento da comparticipação familiar em mais quatro utentes, tendo todos sido aprovados por unanimidade tendo, em conformidade, sido os utentes e suas famílias dispensados do pagamento da comparticipação familiar que lhes competiria suportar.

Pela significância social da medida importa referir que esta deliberação representa uma autorização para não realização de receita da ordem dos 903,00€/mês, e dos 10.836,00€/ano.

O que, adicionado à dispensa de pagamento já existente representará um total de **1.222,00€/mês e 14.664,00€/ano.**

### **3.3.3 RMISSG (Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães)**

Por atuação desta Direção a instituição foi incluída, apenas a partir de 2019, nas entidades merecedoras de subsídio do Município de Guimarães no âmbito do Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISSG).

Relativamente ao ano de 2021, o subsídio aprovado ascendeu a 15.000€, mantendo-se no montante determinado no ano precedente.

Importa registar, para mais fácil verificação da sua sequência, os valores recebidos pela instituição advindos do RMISSG:

2019	<b>11.000,00€</b>
2020	<b>15.000,00€</b>
2021	<b>15.000,00€</b>



S.B. A  
F.

Pelo que, dispondo a Instituição de um crédito de € 41.000,00 advindo de subsídios públicos municipais, na última reunião de 2021 foi decidido utilizar estas verbas na aquisição de uma viatura automóvel de grandes dimensões (carrinha de 9 lugares), que assegura capacidade para transporte de pessoas com mobilidade reduzida que se deslocam por cadeira de rodas e com sistema automática de elevação das cadeiras de rodas para o seu interior. O que, a confirmar-se, designadamente após autorização da Câmara Municipal, poderá ocorrer no exercício de 2022.

### 3.3.4 Consignação de 0,5% IRS

Em 2018 e por iniciativa do Tesoureiro da instituição procedeu-se à inscrição da instituição perante a Autoridade Tributária, imprescindível para que possa ser objeto da consignação deste montante por qualquer empresa ou cidadão.

Trata-se de uma receita relevante, mais ainda se virmos que era totalmente inexistente na instituição. Pela importância, deixaremos a sequência da receita obtida desta proveniência:

2020	10.116,80€
2021	5.758,29€

### 3.3.5 Aplicação de fundos financeiros

Mantém-se a distribuição por diferentes instituições bancárias do produto da poupança da instituição de molde a que não fique em nenhuma delas depositada montante superior àquele que é objeto de garantia de devolução por parte do Banco Central Europeu (BCE), que é de 100.000€, assim se assegurando que ainda que possa surgir um problema com alguma das instituições bancárias selecionadas, estejam salvaguardados os restantes depósitos da instituição.

A instituição possui neste momento aplicações financeiras de igual montante nas seguintes instituições bancárias: Millennium BCP; Euro BIC; Banco BIG; Caixa Geral de Depósitos.

## 3.4 Gestão Administrativa



SJB AR  
Z.

Durante este ano e apesar das dificuldades já vindas de referir, conseguiram realizar-se importantes investimentos que apetrecharam a instituição de melhores meios com vista à melhoria da organização interna e à qualificação do serviço prestado aos utentes. Designadamente:

- a) Aquisição de programa de gestão social dos utentes modernizando e informatizando o tratamento dos dados dos clientes permitindo um mais célere acesso por cada colaboradora da instituição. Este programa foi contratado à empresa “Medpartner” por se ter entendido ser a que correspondia melhor às nossas necessidades, consistindo num valor mensal (médio) de 700€.
- b) Nomeação de uma equipa liderada pelos diretores Lurdes Ribeiro e Amílcar Varela, juntamente com a nutricionista da instituição, com o acompanhamento do tesoureiro e da Diretora Técnica, com vista à total reorganização da gestão de armazenamento e stocks de bens alimentares, o que se prevê implementar no ano de 2022.
- c) Nomeação de equipa liderada pela diretoras Teresa Machado e Eduardo Fontão para criação de um procedimento de gestão e movimentação das contas dos utentes uma vez que é sabido que existem verbas pertença dos utentes cuja gestão fica a cargo da instituição (designadamente as fraldas, os táxis e/ou transportes equivalentes e até as despesas com farmácia que pertençam a cada utente), tratando-se de matéria da maior sensibilidade e responsabilidade por implicar com valores pertencentes aos utentes.
- d) Importantes investimentos na área informática de forma a garantir a existência de quatro computadores a utilizar pelas colaboradoras com funções dirigentes e pessoal clínico;
- e) Aquisição de programa de gestão de utentes modernizando e informatizando o tratamento dos dados dos clientes permitindo um mais célere acesso por cada colaboradora da instituição.

### 3.5 Gestão Social e Comunitária

Durante este exercício e pelas razões mencionadas não houve iniciativas de envolvimento social e comunitário a registar devendo as mesmas regressar assim que a pandemia e as autoridades de saúde o tornem possível, desejavelmente já durante o ano de 2022.



#### 4. Perspetivas Futuras

Do ponto de vista de investimentos e intervenções e uma vez debelada a pandemia da Covid-19 teremos o natural reassumir da prioridade relativamente à **obra de readaptação e atualização do edifício onde se encontra instalada o ERPI**. Esta intervenção dotará a instituição do seguinte:

- a. Aumento em 15 utentes da capacidade da valência social de ERPI passando para um total de 50 utentes (para o que detemos já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social);
- b. Instalação da valência social de Centro de Dia;
- c. Instalação da valência social de Serviço de Apoio Domiciliário.

Pevidém, 2 de maio de 2022

**Contabilista Certificado**

Sofia Maria Leite Salgado

**A Direção**

A. B. Cunha

J. A. S. S.



LAR BENEFICENTE DE  
**S. JORGE**

dedicação e serviço

Moeda: EUR  
Contribuinte: 501 268 138

## Balanço

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

Rubricas	Notas	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4.1/6	508 047,26	539 128,77
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	3 102,96	1 976,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		511 150,22	541 105,20
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.2	2 094,32	3 103,80
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	1 860,22	4 001,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.4	35 215,25	38 868,66
Diferimentos	12.5	4 168,84	3 041,18
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4.3/12.6	508 181,97	461 849,69
Subtotal		551 520,60	510 864,59
Total do ativo		1 062 670,82	1 051 969,79
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos	4.5/12.7	36 521,03	36 521,03
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	4.5/12.7	186 493,12	186 493,12
Resultados transitados	4.5/12.7	569 474,88	561 543,14
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações de fundos patrimoniais	4.5/9/12.7	189 964,68	197 608,72
Subtotal		982 453,71	982 166,01
Resultado líquido do exercício		24 942,10	7 931,74
Total do fundo de capital		1 007 395,81	990 097,75
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	4.4/12.8	1 130,31	837,40
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	6 701,31	6 895,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.5	0,00	1 091,97
Outras contas a pagar	12.9	47 443,39	53 047,52
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		55 275,01	61 872,04
Total do Passivo		55 275,01	61 872,04
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 062 670,82	1 051 969,79

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 

Lar Beneficente de S. Jorge | Rua de S. Jorge, n.º 304 | Selho S. Jorge | 4835-351 Guimarães

Telefone: 253 532622 | Fax: 253 534654 | Email: geral@larsaojorge.pt



## Demonstração de resultados por naturezas

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	252 618,40	244 390,96
Subsídios, doações e legados à exploração	9	216 149,88	185 200,94
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-52 736,26	-52 042,69
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-77 276,00	-82 442,58
Gastos com o pessoal	10	-297 318,40	-275 366,72
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.11	19 190,82	21 448,78
Outros gastos e perdas	12.12	-4 684,00	-2 018,48
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>55 944,44</b>	<b>39 170,21</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-31 081,51	-31 395,82
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>24 862,93</b>	<b>7 774,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	79,17	157,35
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>24 942,10</b>	<b>7 931,74</b>
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24 942,10</b>	<b>7 931,74</b>

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	2021	2020
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		252 914,63	243 912,96
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-132 957,25	-130 557,91
Pagamentos ao pessoal		-228 271,21	-202 883,89
Caixa geradas pelas operações		-108 313,83	-89 528,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		142 305,87	109 929,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		33 992,04	20 400,55
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-7 716,59
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1 126,53	-587,45
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		79,17	157,35
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 047,36	-8 146,69
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		13 387,60	2 775,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		13 387,60	2 775,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		46 332,28	15 028,86
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		461 849,69	446 820,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	508 181,97	461 849,69

A Direção

A Direção

O Contabilista Certificado





SB .  
E  
Z .

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

#### Corpos Gerentes

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima



SSB. A  
Z

Vogal – Luís Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

**2.1** Em 2021, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726B/2011 de 14 de Março;
- NCRF ESNL e Normas Interpretativas (NI).

**2.2** Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

## **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and smaller initials.

### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebido e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Futuro e incertezas**

Dada a expectativa de continuidade dos serviços do Lar Beneficente de S. Jorge, e considerando a sua procura crescente mantém-se o mesmo cenário positivo e não se antevêm fatores de incerteza quanto às estimativas.

## **4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **4.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo



de bens.

SJB. AL  
F.

#### **4.2 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

#### **4.3 Caixa e Depósitos Bancários**

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **4.4 Fornecedores e outros passivos correntes**

As contas a pagar a fornecedores e outros passivos correntes, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### **4.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **4.6 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência,



solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Assim, os rendimentos referidos encontram-se isentos de IRC.

#### 4.7 Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas outros ativos e passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

## 5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 6 Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>								
Saldo em 31.12.2020	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	28.181,73	42.637,11	1.312,62	-	1.243.816,42
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	28.181,73	42.637,11	1.312,62	-	1.243.816,42
<b>DEPRECIACÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2020	18.027,59	522.329,80	96.006,78	28.181,73	39.977,67	164,08	-	704.687,65
Adições	-	22.816,44	6.774,98	-	1.326,01	164,08	-	31.081,51
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-



SJP. AR  
P.

Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>18.027,59</b>	<b>545.146,24</b>	<b>102.781,76</b>	<b>28.181,73</b>	<b>41.303,68</b>	<b>328,16</b>	-	<b>735.769,16</b>

**PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:**

<b>Saldo em 31.12.2020</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	0,00	477.105,03	28.624,34	0,00	1.333,43	984,46	0,00	508.047,26
---------------------	------	------------	-----------	------	----------	--------	------	------------

**2020**

	Terrenos e	Edifícios	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros		TOTAL
	recursos	e outras				activos fixos	Investimentos	
	naturais	construções	básico	de transporte	administrativo	tangíveis	em curso	
<b>QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:</b>								
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	18.027,59	1.022.251,27	128.444,31	28.181,73	39.194,93	0,00	-	<b>1.236.099,83</b>
Adições	-	-	2.961,79	-	3.442,18	1.312,62	-	<b>7.716,59</b>
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>18.027,59</b>	<b>1.022.251,27</b>	<b>131.406,10</b>	<b>28.181,73</b>	<b>42.637,11</b>	<b>1.312,62</b>	-	<b>1.243.816,42</b>

**DEPRECIACÕES ACUMULADAS:**

<b>Saldo em 31.12.2019</b>	17.984,59	499.513,36	89.231,80	28.181,73	38.380,35	0,00	-	<b>673.291,83</b>
Adições	43,00	22.816,44	6.774,98	-	1.597,32	164,08	-	<b>31.395,82</b>
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>18.027,59</b>	<b>522.329,80</b>	<b>96.006,78</b>	<b>28.181,73</b>	<b>39.977,67</b>	<b>164,08</b>	-	<b>704.687,65</b>

**PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:**

<b>Saldo em 31.12.2019</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2020	-	-	-	-	-	-	-	-
QUANTIA ESCRITURADA	0,00	499.921,47	35.399,32	0,00	2.659,44	1.148,54	0,00	539.128,77

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2010 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01	Compras	Reclass. e Regul.	Inventários em 31/12	Consumos
<b>Em 2021</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	52 736,26 €	0,00 €	0,00 €	52 736,26 €
<b>Em 2020</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	52 042,69 €	0,00 €	0,00 €	52 042,69 €

## 8 Rébito

O rébito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor. Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00 €	0,00 €
Prestações de Serviços	252 618,40 €	244 390,96 €
<i>Mensalidade Utentes</i>	252 618,40 €	244 390,96 €
<b>Total</b>	<b>252 618,40 €</b>	<b>244 390,96 €</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis para financiamento de aquisições de ativos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais, e reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, em rendimentos





SJB. ac  
Z.

e ganhos operacionais, proporcionalmente às depreciações dos ativos a que respeitam.

Os registos contabilísticos em 2021 e 2020 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS, IP - Centro Distrital		
<i>Acordos de Cooperação - Participações</i>	189 187,19 €	177 969,83 €
<i>Outros</i>	7 462,60 €	2 002,99 €
IEFP	6 112,49 €	1 453,12 €
Subsídios de outras entidades	0,00 €	1 000,00 €
Doações/Donativos	13 387,60 €	2 775,00 €
<b>Total</b>	<b>216 149,88 €</b>	<b>185 200,94 €</b>

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros Entes Públicos”, “Subsídios de Outras Entidades e Doações”:

Descrição	2021				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
Subsídios para investimento					
PIDDAC	163 430,20 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	157 149,25 €
RMISG 2018	8 178,52€	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	6 815,43€
RMISG 2019	11 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 000,00 €
RMISG 2020	15 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 000,00 €
<b>Total</b>	<b>197 608,72 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 644,04 €</b>	<b>189 964,68 €</b>
Descrição	2020				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
PIDDAC	169 711,15 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	163 430,20 €
RMISG 2018	9 541,61 €	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	8 178,52€
RMISG 2019	12 000,00 €	0,00 €	0,00 €	1 000,00 €	11 000,00 €
RMISG 2020	15 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 000,00 €
<b>Total</b>	<b>206 252,76 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>8 644,04 €</b>	<b>197 608,72 €</b>

## 10 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 19 e em 31/12/2020 foi de 18.



Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	239 669,17 €	223 269,46 €
Encargos sobre as Remunerações	48 613,89 €	49 230,18 €
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 542,57 €	2 527,08 €
Outros gastos com o pessoal	5 492,77 €	340,00 €
<b>Total</b>	<b>297 318,40 €</b>	<b>275 366,72 €</b>

A contínua reorganização do orgânico de acordo com as exigências das entidades de supervisão, as atualizações salariais e o aumento da taxa da segurança social única justificam os valores contabilizados em 2021.

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1 Investimentos Financeiros

A rubrica “Investimentos Financeiros” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fundos de Compensação do Trabalho	3 102,96 €	1 976,43 €
<b>Total</b>	<b>3 102,96 €</b>	<b>1 976,43 €</b>



SJB. *[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### 12.2 Clientes

A rubrica “Clientes” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes c/c	2 094,32 €	3 103,80 €
<b>Total</b>	<b>2 094,32 €</b>	<b>3 103,80 €</b>

### 12.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. Profissionais	45,50 €	0,00 €
Imposto sobre o valor Acrescentado	1 814,72 €	4 001,26 €
<b>Total</b>	<b>1 860,22 €</b>	<b>4 001,26 €</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o valor Acrescentado		
Retenção de Impostos sobre rendimento - trabalho dependente	1 261,00 €	1 336,00 €
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. Profissionais	0,00 €	67,50 €
Contribuições para a Segurança Social - TSU	5 440,31 €	5 491,65 €
<b>Total</b>	<b>6 701,31 €</b>	<b>6 895,15 €</b>

### 12.4 Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Consignação IRS + IVA 2021	5 880,38 €	10 116,80 €
RMISG	26 000,00 €	26 000,00 €
Programa ADPATAR SOCIAL +	3 123,30 €	
Outros Devedores	211,57 €	2 751,86 €
<b>Total</b>	<b>35 215,25 €</b>	<b>38 868,66 €</b>



### 12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	4 066,34 €	3 041,18 €
Outros	102,50 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>4 168,84 €</b>	<b>3 041,18 €</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
MAREESS	0,00 €	1 091,97€
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1 091,97 €</b>

### 12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	4 717,01 €	4 034,13 €
Depósitos à Ordem	202 482,44 €	457 815,56 €
Depósitos a Prazo	300 982,52 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>508 181,97 €</b>	<b>461 849,69 €</b>

### 12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2021	2020
Fundos	36 521,03 €	36 521,03 €
Reservas	186 493,12 €	186 493,12 €
Resultados Transitados	569 474,88 €	561 543,14 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	189 964,68 €	197 608,72 €
Resultado Líquido do Exercício	24 942,10 €	7 931,74 €
<b>Total</b>	<b>1 007 395,81 €</b>	<b>990 097,75 €</b>



### 12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	1 130,31 €	837,40 €
<b>Total</b>	<b>1 130,31 €</b>	<b>837,40 €</b>

### 12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” está composta da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Pessoal	0,00 €	0,00 €
Credores por acréscimos de gastos	37 239,57 €	40 837,82 €
Outros Credores	10 203,82 €	12 209,70 €
<b>Total</b>	<b>47 443,39 €</b>	<b>53 047,52 €</b>

### 12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços Especializados	28 747,05 €	24 578,97 €
Materiais	4 683,64 €	3 222,71 €
Energia e Fluidos	32 159,13 €	31 280,90 €
Deslocações, Estadas e Transportes	2 306,80 €	1 443,20 €
Serviços Diversos	9 379,38 €	21 916,80 €
<b>Total</b>	<b>77 276,00 €</b>	<b>82 442,58 €</b>

### 12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de pronto pagamento	0,01 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,04 €	0,37 €
Imputação de subsídios para o investimento	7 644,04 €	7 644,04 €
Indemnização por falta de aviso prévio	0,00 €	0,00 €
Quotas dos Associados	141,00 €	432,00 €
Consignação IRS + IVA Suportado 2020	5 880,38 €	10 116,80 €
Outros Rendimentos	5 525,35 €	3 255,57 €
<b>Total</b>	<b>19 190,82 €</b>	<b>21 448,78 €</b>



### 12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	16,73 €	205,59 €
Outros Gastos	4 667,27 €	1 812,89 €
<b>Total</b>	<b>4 684,00 €</b>	<b>2 018,48 €</b>

### 12.13 Juros e Rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos similares obtidos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Juros obtidos de depósitos	79,17 €	157,35 €
<b>Total</b>	<b>79,17 €</b>	<b>157,35 €</b>

### 12.14 Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Pevidém, 2 de Maio de 2022

**Contabilista Certificado**

*Sofia Daniela Costa Salgado*

**A Direção**

*AGC*

*Dr. Carlos*